



Academia Pernambucana de Letras

Fundada em 26 de janeiro de 1901, por Joaquim Maria Carneiro Vilela e um grupo de literatos radicados no Recife, tendo como objetivo "*promover a defesa dos valores culturais do Estado, especialmente no campo da criação literária*".



José Luiz Mota Menezes

É uma instituição civil, de utilidade pública e foi a terceira academia de letras fundada no Brasil. A primeira foi a do Ceará, criada em 1894, três anos antes da Academia Brasileira de Letras (1897).

No início, as reuniões da APL eram realizadas em salas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Em 1966, passou a funcionar em sede própria, num casarão na Av. Rui Barbosa, n. 1596, que pertenceu ao Barão Rodrigues Mendes, João José Rodrigues Mendes um comerciante português.

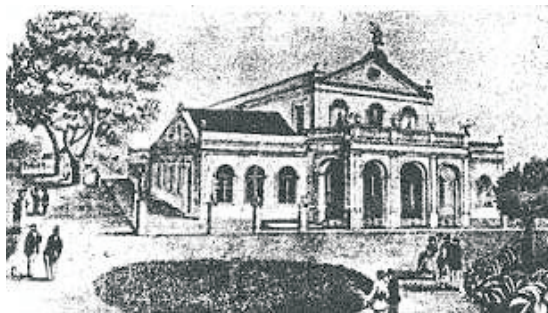
O Governo do Estado de Pernambuco, na época do então governador Paulo Guerra, desapropriou o imóvel, doando-o à Academia, através do Decreto n.1.184, de 14 de janeiro de 1996. O edifício-sede da Academia é conhecida como a Casa de Carneiro Vilela.

Os móveis e as obras de arte foram doados, em sua maioria, pela sociedade pernambucana, incluindo doações do arcebispo Dom Helder Câmara.

Em 1911, foi aumentado o número de acadêmicos de vinte para trinta e, em 1960, passou para quarenta cadeiras, por sugestão do acadêmico [Mauro Mota](#). Compõe-se hoje de quarenta membros, podendo ter o mesmo número de sócios correspondentes, residentes em outros Estados ou no Exterior.

Os acadêmicos não usam o fardão, como na Academia Brasileira de Letras. O fardão foi substituído por um colar dourado, com medalhão distintivo.

A APL possui uma biblioteca, um auditório e edita a Revista da Academia Pernambucana de Letras, que apesar de ter uma periodicidade irregular, é publicada desde 1901. Promove e estimula iniciativas de caráter cultural, concede prêmios literários, medalhas, troféus e títulos honoríficos, realiza cursos, reuniões e simpósios destinados ao estudo, pesquisa e discussões sobre literatura, especialmente a pernambucana.



A Academia Pernambucana de Letras tem sua sede, desde 1966, na casa que pertenceu ao Barão Rodrigues Mendes, o comerciante português João José Rodrigues Mendes.

Por iniciativa do então governador Dr. Paulo Guerra, a casa foi desapropriada, sendo presidente daquela instituição o escritor Luiz Delgado, autor intelectual da ação.

A desapropriação, no entanto, somente veio a ser concluída em outro momento, através de Escritura de doação, quando governava o Dr. Eraldo Gueiros, sendo na oportunidade o presidente da Academia o Dr. Marcos Vinícios Vilaça.

Na gestão do mesmo, a instituição teve sua sede totalmente restaurada e na administração do poeta Mauro Mota, foi construída a atual biblioteca e auditório, sendo para este último adaptadas as antigas dependências ao lado da casa. A casa sua ambientação de estilo foi concluída na administração do médico Waldemir Miranda e, atualmente, é presidente da Academia o acadêmico Luiz Magalhães Melo, que muito tem feito por ela.

Não era o sítio do Barão, no Século XIX, o maior entre os quantos que haviam no seu entorno. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello, no prefácio para o livro do jornalista Otávio de Moraes, "Roteiro do Barão Rodrigues Mendes"(1), assinala outras importantes propriedades. Parece-nos que a mais antiga delas era o Sítio das Jaqueiras, de Bento José da Costa, seu último possuidor, antes do atual. Era conhecido por Ponte d' Uchôa o lugar onde se encontra o sítio do Barão. O sítio, adquirido em hasta pública, em 1863, com moradia, era de propriedade da Senhora Maria Francisca Marques do Amorim. Estava ele vinculado à massa falida da firma Viúva Amorim & Filho. Para a venda foi necessário o Alvará do próprio Juiz. O sítio atual não é mais tão grande – houve anexações e desmembramentos, enquanto ainda era vivo o Barão e outras vezes depois.

A casa constante daquela venda em 1863, se encontra descrita no livro, antes referido, do senhor Octávio de Moraes: "O sítio adquirido por Rodrigues Mendes era dotado de ampla vivenda provida de um sótão, salas, quatro quartos, que ainda hoje se identificam pela medição. A copa e a cozinha ficavam separadas do coro principal da casa. Ao ocidente: os quartos, uma sala, e ao lado do oitão erguiam-se o estábulo e a estrebaria.

Continua >>>



>>>> A vivenda, com o seu sótão característico, ocupava uma área que media 65 palmos de frente por 69 de fundo. Quase um quadrado. Toda a sua orientação arquitetônica ainda permanece a mesma, pois nada ali foi demolido.

A frente deita para o Ocidente e as dependências para o Sudoeste."(2)

O sítio somente conheceu três proprietários essenciais: aquela família da Senhora D. Maria Francisca Marques do Amorim, que o vinculou à Firma Viúva Amorim & Filho; o Barão João José Rodrigues Mendes, que o adquiriu em 1863, em hasta pública, conservando-se na família até 1966 (mais de cem anos) e, finalmente, a Academia Pernambucana de Letras.

A moradia que foi adquirida pelo Barão Rodrigues Mendes, não tinha, em seus momentos iniciais, o mesmo aspecto do prédio que nos chegou até a sua desapropriação, em 1966. O proprietário, ao comprar o sítio, realizou obras, não imediatamente, é o que nos parece, mas em 1870, segundo citado no livro do senhor Octávio Moraes.

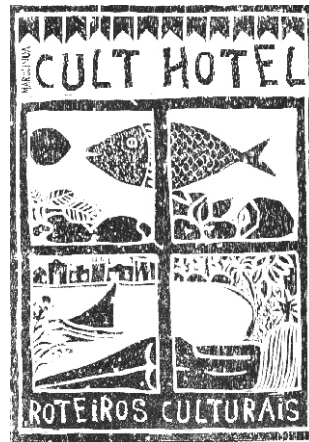
Segundo o autor, "A vista das escrituras salvas de total destruição, sabe-se, agora, que Rodrigues Mendes já encontrou em parte construída quando a adquiriu em 1863. O seu trabalho foi reforma-la. Revesti-la de azulejo português, colocar o piso com retângulos de mosaico inglês, instalar os lustres franceses e demais ornamentos, além de ter feito várias adaptações e a pintura geral.

Construiu a copa e ante-copa, a escadaria, o Torreão e toda a puxada que prolongou o sótão primitivo; andar, possivelmente modificado pelo arquiteto ou engenheiro incumbido da reforma. Rodrigues Mendes encomendou na Áustria a mobília de carvalho da sala de jantar e encarregou a Eugene Lassailly, de sua decoração a óleo ainda hoje inalterada."(3)

Ditas dessa forma, as modificações na casa parecem simples, mas, na verdade não as foram. Quando das obras de restauro da casa, algumas observações foram realizadas nas paredes da velha construção, naquelas de onde se retirou o reboco, para melhor encaminhar as intervenções, possibilitando os seguintes resultados: Em primeiro lugar constatou-se a existência, na parede que separa a copa da ante-copa, de três vãos, e não dois, conforme temos hoje, tendo sido o central transformado em armário. Tal distribuição das aberturas as identifica com aquelas, simetricamente existentes na sala, a última, do outro lado.

Com tal disposição das aberturas da ante-copa, para o exterior, chega-se a conclusão que a copa e demais dependências foram somadas ao corpo da casa, quando das obras referidas. Depois, para inclusão da escada de serviço, que sai no sótão do mesmo lado da ante-copa, foi construída uma parede que dividiu um segundo cômodo antes existente deste lado, provavelmente um quarto. Tal obra foi útil à puxada, desde o sótão, que se prolongou sobre a ala que é de serviço e agregada a casa. Tal puxada incluía quartos e um banheiro, tendo sido demolida quando da restauração.

Existem alguns casos de resgate da cultura Pernambucana por organizações com responsabilidade social.



Este é o caso do Cult Hotel. Com mais de 270 obras de arte espalhadas pelo recinto, ainda promove roteiros, cursos através do projeto **LIVRE SABER** e dá apoio cultural a produção.

Deste modo, a edificação, antes das reformas do Barão, em termos de composição de arquitetura, estava bem mais de acordo com o ideário do neoclássico, onde as quatro fachadas eram simétricas, duas a duas, e a volumetria resultante, a partir de uma planta-baixa quase ao quadrado, acompanhava os modelos consagrados por esse gosto para a arquitetura residencial.

Tal disposição nos conduz a uma concepção arquitetônica mais erudita e fiel aos conceitos de modulação e modenatura do período, situado em torno de meados do Século XIX.

As obras empreendidas pelos Rodrigues Mendes são aquelas mais coerentes com o gosto dos anos setenta e incluem, além da puxada, elementos decorativos, pinturas de paredes e portas e, provavelmente, os estuques decorativos.

Continua >>>>



Cachaça e cachaçarias

>>>> Com tais considerações, podemos, distinguir desde logo e adiante comentaremos, as seguintes fases das obras:

- A edificação adquirida em 1863, sem os acréscimos realizados pelo Barão;
- A edificação, acrescida da ante-copa, copa e uma dependência, separada através de uma passagem para carros, embora em um mesmo bloco, este anexo ou "puxada", pode ser visto em estampa de cerca de 1878, da Litografia de F. Carls realizada a partir de desenho de L. Krauss;
- A edificação com o acréscimo de um prolongamento do sótão por sobre a puxada, obra de igual período daquela do Torreão, este um reservatório de água, depois utilizado pelo proprietário, quando viúvo, para moradia; do mesmo período desse prolongamento é a dependência, com a cavalariça, cocheira-garagem e os quartos dos criados;
- O edifício atual restaurado, segundo a orientação de um projeto realizado pelo arquiteto José Luiz Mota Menezes.

A primeira casa, (a) de plano erudito, era na verdade "pequena", comparada com aquela ampliada em seu último estágio, itens (b, c e d).

A casa, sem os referidos acréscimos, era de uma planta baixa quase ao quadrado, de excepcional composição de arquitetura e fiel as idéias neoclássicas, em termos de História da Arquitetura. O corpo da edificação era dividido no térreo, simetricamente, em três partes: de um lado as três salas, a de visita, dos retratos (talvez de música) e a de costurar e leituras; do outro lado, depois da primeira sala vinham os quartos (dois) e uma última sala, talvez uma copa; no centro, a sala de entrada, (o vestíbulo), o primeiro cômodo após o pórtico e depois a sala de refeições.

O elemento distribuidor na composição é esse vestíbulo, do qual se tem acesso para todas as partes de uso da casa (zoneamento de uso). Considerando tal uso, à luz do cotidiano desejado pela sociedade pernambucana de meados do Século XIX, o autor do risco (projeto de arquitetura) foi um dos seus melhores intérpretes.

Desse vestíbulo se atinge a zona social, do lado Sul, as três salas, nas quais, com certa hierarquia, se passa do viver externo, da sala de visita, para o viver interno, a sala de costura; segue-se também do vestíbulo para a zona íntima, do lado Norte, através de um dos corredores que ladeiam a escada, por um vão de porta hoje entaipado, atingindo-se os quartos do térreo; também desse vestíbulo se passa àquela sala escritório, também na mesma lateral; daquele vestíbulo, pelos corredores simétricos, se chega ao grande salão de jantar, de importância considerável na vida social e, finalmente, dessa sala de entrada se toma a escada nobre para a parte (zona) íntima, no pavimento superior, onde se encontram a sala de estar privativa da dona da casa e os quartos.



>>>> Gilberto Freyre e Ariano Suassuna Contribuições valiosas para a Academia

No que se refere ao traçado da planta - baixa, a composição de arquitetura, de maneira notável, determina um extraordinário ritmo na distribuição dos vãos de portas e janelas externos e internos, indicando o uso de uma "grelha", onde as envasaduras, por uma intenção de partido arquitetônico, são coincidentes.

Assim, as aberturas da fachada principal, a de frente, coincidem com as da posterior e as das duas fachadas laterais, também entre si. Não bastando tal ordem, as aberturas internas se relacionam, de maneira proposital, também com as externas. Esse traçado, nas plantas - baixas, é reforçado pela volumetria, a qual se comporta simetricamente em relação ao eixo longitudinal, marcando a presença do neoclássico no todo da arquitetura.

Tal risco, sem dúvidas, não seria de um simples mestre de obras. Quem definiu este estágio inicial da edificação teve formação fiel às diretrizes racionais estabelecidas no livro de Durand "Précis des leçons d'architecture ...", editado em Paris em 1802, sobre composição de arquitetura, adotado na Escola Politécnica da França (4).

Não seria fácil a um simples construtor chegar a tal partido arquitetônico. A definição, à nível de composição de arquitetura, do risco da casa, nesse estágio, é bem de um profissional competente e de experiência. Soube ele, de maneira magistral, representar em, aparentemente, simples linhas, toda a estrutura social que lhe definiu o programa da arquitetura.

Foi fiel ao conjunto de necessidades do proprietário, talvez ansioso, ou já acostumado a "receber" e em plena consciência do que seria uma residência, de certo modo nobre, para a sua classe social emergente, a de comerciante novo rico.

Para que se possa fazer uma idéia daquela sobriedade da composição de arquitetura deveremos olhar a casa através das suas fachadas Norte e Leste, que são desprovidas daquela de revestimento azulejar.

Adquirida a casa, em 1863, o seu novo proprietário, em data não conhecida até o momento, começa a modifica-la, adaptando-a, provavelmente, ao seu gosto.

As informações sobre o realizado revelam, transcritas no referido Roteiro do Barão Rodrigues Mendes, conforme vimos, que as obras não foram todas de uma mesma época.

Continua >>>>

Cachaça e cachaçarias

➤➤➤ **A análise dos elementos** arquitetônicos do edifício, modenaturas e modulações, nos conduzem a uma segunda planta da casa e coerente com as reformas concluídas "por volta de 1870", data indicada em inscrição na fachada do solar.

Essa segunda planta, corresponde a fase da puxada no térreo. Deveria ter existido alguma dependência próxima àquela casa de 1863. A diferença de espessura das paredes da referida puxada bem indica reforma em construção anterior. Não sabemos, no atual estágio do edifício e sem maiores prospeções, como seria essa dependência isolada. Mapas da cidade, anteriores a 1863, não revelam nada.

A obra de reforma consistiu no acréscimo, no corpo original da construção, aquele visto em análise anterior, de uma lâmina estreita e longa que se colava na posição que corresponde àquela primeira parte da planta-baixa, lado Norte, referente aos quartos.

Somos levados a reconhecer que o autor da reforma foi bem um profissional não identificado com os princípios teóricos que levaram à fisionomia do prédio neoclássico. Podemos mesmo afirmar ser incompatível nele a visão estética desse estilo de arquitetura. A obra executada feriu formalmente a concepção arquitetônica do solar de 1863.

Acreditamos que pior seria se o autor da reforma não procurasse coincidir os perfis da platibanda da puxada com as da mesma ordem da casa. Mesmo assim, por não dominar com clarividência os perfis dos tratadistas, é levado a um desenho pobre e destituído de erudição, diferente daquele, rico e fiel ao Tratado de Vignola da casa de 1863.

Acreditamos que as obras empreendidas foram de "aformoseamento", isto é, enriquecimento do interior. Na verdade na segunda metade do Século XIX se percebe uma mudança, talvez traduzida por este enriquecimento, no neoclássico, redirecionando aquela sobriedade das obras iniciais do estilo, tais como as do arquiteto Grand-Jean de Montigny, no Rio de Janeiro, e, depois, as do engenheiro francês Louis Leger Vauthier, no Recife.

A moradia de Ponte d'Uchoa não seria uma exceção à regra, mesmo porque ela se encontrava em um meio onde haviam outras residências suburbanas que não a deixavam ser antiquada. O rico comerciante Rodrigues Mendes não permitiria que seu imóvel fosse considerado de forma secundária: ele teria que expressar bem sua ascensão social.

O Barão Rodrigues Mendes teve boa prole (5), restando, após a morte de alguns filhos, quatro filhas, sendo a família bem acomodada nos cômodos da casa. Uma das filhas Joana, casou com o médico Malaquias Antônio Gonçalves.

Malaquias passou, a convite do Barão, depois de algum tempo de casado a residir na casa de Ponte d'Uchoa. A família crescia e a moradia se tornou pequena. Acreditamos assim, que a vinda do genro para a casa deve ter levado, depois daquele ano da mudança, a última das reformas: o prolongamento do sótão por sobre aquela puxada concluída em 1870.

É a reforma coincidente com a construção do chalé, de madeira, a Vila Elvira, concluída em 1890, usando, por desmembramento, parte do terreno do sítio, no lado Norte, desprovidas daquela de revestimento azulejar.

Adquirida a casa, em 1863, o seu novo proprietário, em data não conhecida até o momento, começa a modifica-la, adaptando-a, provavelmente, ao seu gosto.

O resultado de uma análise dessas obras executadas depois de 1878, nos leva a afirmar que elas, provavelmente, foram de responsabilidade de um mestre de obras.

Elas são destituídas de qualquer lógica em termos da arquitetura existente no imóvel. É talvez uma obra necessária ao moradores do imóvel, coerente com a necessidade de maior espaço.

Dos móveis que enriqueciam o interior da moradia do Barão Rodrigues Mendes há referência clara àquela sala de jantar, de origem austríaca, de gosto Luís XIII, encomendada pelo proprietário. Este mobiliário ainda existe. Os dois pianos, meia cauda, não estão mais na casa, restos de um deles, embora não saibamos qual dos dois, foram encontrados quando da restauração do imóvel.

A nobre casa de moradia do Barão Rodrigues Mendes por sua importância, felizmente, foi salva das injunções do crescimento da cidade. Não é mais o grande sítio nem tampouco continua sendo residência. Nela residem, em caráter transitório, os acadêmicos e, em definitivo, a cultura. Utilizado como sede da Academia de Letras, guarda o seu esplendor e passa a ser propriedade da cultura pernambucana. Sua riqueza decorativa interior está ao alcance do visitante que pode fazer idéia de uma residência de um abastado comerciante do Século XIX. Cada recanto da casa preserva a memória daquela família, uma grande família que a conservou por mais de 100 anos.

A velha casa caminha do particular para o universal. 🌈

Mais informações

<http://apl.iteci.com.br/default.asp>